

A MÍDIA DIGITAL COMO APARELHO IDEOLÓGICO DE PROPAGANDA DO ESTADO: A “NOVA” PREVIDÊNCIA ENTRE OS DITOS, NÃO DITOS E OUTROS EFEITOS¹

LOS MEDIOS DIGITALES COMO APARATO DE PROPAGANDA IDEOLÓGICA DEL ESTADO:
LA “NUEVA” PREVIDENCIA ENTRE LOS EFECTOS DICHTOS, TÁCITOS Y DE OTRO TIPO

DIGITAL MEDIA AS AN IDEOLOGICAL PROPAGANDA APPARATUS OF THE STATE: THE
“NEW” WELFARE AMONG SAYINGS, NON-SAYINGS AND OTHER EFFECTS

Paula Souza Pereira*

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO: Neste artigo, objetivamos analisar o discurso da propaganda digital da “nova” Previdência, visando compreender os efeitos ideológicos na constituição dos sentidos e sujeitos. O *corpus* foi constituído de uma publicação da página do governo federal “Previdência e Trabalho” (*Facebook*), além de uma materialidade disponível no site do governo, usada na apresentação da proposta da reforma previdenciária (RP). O estudo respalda-se teoricamente nos pressupostos da Análise de Discurso (AD) pecheuxiana. Os resultados apontam que o discurso da “nova” Previdência, inscrito na formação discursiva (FD) estatal, embora seja atravessado

¹ Este trabalho é um recorte de pesquisa de doutorado em andamento.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso (GPADis-UESB). Bolsista da UESB. E-mail: papaula_luz@hotmail.com.

** Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso (GPADis-UESB). E-mail: gcortes@uesb.edu.br.

por várias outras FDs, é fortemente regido pela FD neoliberal; nessa trama, a mídia digital funciona como aparelho ideológico de propaganda estatal, que busca inculcar sentidos de prosperidade e desenvolvimento à nação pela aprovação da RP. Assim, ainda que os ditos sobre a “nova” Previdência produzam efeitos de transparência e univocidade lógica, a equivocidade se instaura, pois os sentidos sempre podem ser outros.

PALAVRAS-CHAVE: “Nova” Previdência. Discurso Estatal. Ideologia e Propaganda digital.

RESUMEN: En este artículo pretendemos analizar el discurso de la publicidad digital de la “nueva” Previdencia, con el objetivo de comprender los efectos ideológicos en la constitución de significados y sujetos. El *corpus* ha consistido en una publicación en la página del gobierno federal “Previdência e Trabajo” (*Facebook*), además de material disponible en el sitio web del gobierno, utilizado en la presentación de la propuesta de reforma de la Previdencia (RP). El estudio se apoya teóricamente en los supuestos del Análisis del Discurso (AD) pecheutiano. Los resultados muestran que el discurso de la “nueva” Previdencia, inscrito en la formación discursiva estatal (FD), aunque esté atravesado por varias otras FDs, está fuertemente regido por la FD neoliberal; en esta trama, los medios digitales funcionan como un aparato ideológico de propaganda estatal, que busca inculcar un sentido de prosperidad y desarrollo en la nación mediante la aprobación de la RP. Así, aunque los dichos sobre el “nueva” Previdencia producen efectos de transparencia y univocidad lógica, se establece el equívoco, porque los significados siempre pueden cambiarlos diferentes.

PALAVRAS CLAVE: “Nueva” Previdencia. Discurso Estatal. Ideología y Publicidad digital.

ABSTRACT: In this paper, we aim to analyze the digital advertising discourse of the “new” Social Welfare, in order to comprehend ideological effects in the constitution of the meanings and subjects. The *corpus* consists of a publication on the federal government’s page “Previdência e Trabalho” on Facebook, and a materiality available at the government’s website, which was used in the Welfare reform’s proposal (RP). The study is theoretically supported by the assumptions of Discourse Analysis (AD) in the perspective of Michel Pêcheux. The results show that the discourse of the “new” Social Welfare, inscribed in the state discourse formation (FD), although it is crossed by several other FDs, it is strongly governed by the neoliberal FD; in this plot, the digital media works as an ideological apparatus of state propaganda, which seeks to inculcate meanings of prosperity and development in the nation through the approval of the RP. Thus, despite the sayings about the “new” Social Welfare produce effects of transparency and univocal logic, the equivocation is established, because the meanings can always be different.

KEYWORDS: “New” Social Welfare. State Discourse. Ideology and Digital Advertising.

1 INTRODUÇÃO

Apresentada como o caminho para a prosperidade econômica do Brasil, a “nova” Previdência passa a ser discutida no início de 2019, quando Jair Messias Bolsonaro, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), assume a presidência da República e lança a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 06/2019, instituindo uma série de mudanças no sistema previdenciário.

Na oportunidade, o governo Bolsonaro faz os primeiros pronunciamentos sobre a necessidade de modificações na Previdência, na conjuntura de sua ascensão à presidência da República, com a renomeação do significante “nova” ao invés de “reforma”. Posteriormente, a reforma da Previdência (RP) foi votada em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com aprovação do texto-base no dia 22 de outubro de 2019² em segundo turno na última Casa.

Em vista disso, nosso objetivo, neste estudo, é analisar o discurso da propaganda³ da “nova” Previdência nas mídias digitais, visando entender os efeitos ideológicos instaurados na constituição dos sentidos e sujeitos. Discorreremos sobre o trajeto dos sentidos na rede, a fim de compreender os efeitos das repetições parafrásticas e das derivas de sentidos em torno do significante “nova”. A partir

² Alguns destaques foram discutidos e aprovados no dia 23 de outubro de 2019.

³ Proveniente do latim, pela expressão *propagare* (propagar), a propaganda remete à disseminação de ideias, pensamentos e causas, usando de estratégias persuasivas na tentativa de influenciar as pessoas a aceitarem o que está sendo proposto. Para Carrozza (2012), ao que parece, a expressão *propaganda* guarda uma relação com um sentido de ideologia refletida enquanto ocultação, conteúdo, manipulação. Sublinhamos que, na Análise de Discurso, a ideologia é tomada no interior das formações discursivas, interpelando os indivíduos em sujeitos.

de formulações digitais que materializam a propaganda estatal da “nova” Previdência, intentamos compreender os modos de interpelação ideológica do sujeito, em funcionamento no discurso da propaganda e marketing do “novo” modelo previdenciário. Nossa hipótese é a de que a mídia digital funciona como aparelho ideológico de propaganda do Estado⁴.

Nesse percurso analítico, consideramos as formulações discursivas do campo político-econômico para entender as determinações das formações discursivas (FDs) que atravessam essa trama. Conforme Pêcheux (2014, p. 147, grifos do autor), as formações discursivas correspondem àquilo que, “[...] numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”.

Em meio à dispersão de sentidos em/na rede, buscamos questionar as evidências dos sentidos e as determinações históricas e ideológicas, na movência das posições-sujeito, no jogo dos ditos e não ditos que funcionam sob o jogo das relações de forças e de sentidos.

O *corpus* constitui-se de uma postagem feita dois dias após a apresentação da PEC, na página “Previdência e Trabalho”, administrada pelo governo federal, na mídia social *facebook*⁵, além do *print* de uma imagem com inscrições linguísticas sobre a proposta da “nova” Previdência⁶.

Num arquivo de materialidades digitais sobre a RP, efetuamos um recorte de três sequências discursivas (SDs) para a constituição do *corpus discursivo*. Para procedermos à discussão, temos como base teórico-metodológica a Análise de Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana, a qual abordaremos no próximo tópico. Ademais, mobilizaremos algumas contribuições das Ciências Sociais, tendo em conta a relevância de seus estudos e que alguns de seus conceitos ajudam a melhor explicar o funcionamento do discurso.

2 APORTE TEÓRICOS: A ANÁLISE DE DISCURSO DE PÊCHEUX

A Análise de Discurso desenvolvida por Pêcheux toma a língua em sua forma material e considera a inscrição do sujeito na historicidade, sendo este afetado pela ideologia e pelo inconsciente (PÊCHEUX, 2014). Com isso, a língua é a materialidade do discurso e este é a materialidade da ideologia (ORLANDI, 2002). O discurso é definido como efeito de sentidos entre interlocutores e funciona nas tensões instauradas entre a estrutura e o acontecimento, sob as relações da linguagem com a exterioridade (PÊCHEUX, 1997, 2015). Nesse processo, sujeito e sentidos são mutuamente constituídos (PÊCHEUX, 2014). Logo, a AD opera em um espaço que entende o enunciado⁷ como uma série de pontos de deriva, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2015).

Na conjuntura teórica da AD, a noção de sujeito ocupa um lugar de singularidade, pois é concebido como uma posição entre outras, por meio das relações com a forma-sujeito⁸ de uma dada FD (PÊCHEUX, 2014). Ao se inscrever no discurso, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, podendo ocupar distintos posicionamentos ou posições de sujeito. Nessa direção, Courtine (2014) postula que uma posição-sujeito é definida como uma relação determinada, estabelecida em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma FD, produzindo vários efeitos-sujeito no discurso.

⁴ A noção de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) foi cunhada por Althusser (1999). O autor relata que um AIE consiste num sistema complexo de instituições, organizações e práticas definidas, no qual é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia. Althusser (1999) sublinha que os AIE são os Aparelhos: escolar, familiar, religioso, político, sindical, da informação, da edição-difusão e cultural.

⁵ Mídia social desenvolvida em 2003 por Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Andrew McCollum, Chris Hughes e Eduardo Saverin, estudantes da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Essa mídia conta com quase três bilhões de usuários ativos no mundo.

⁶ Publicada no site do governo federal, a imagem integra um conjunto de *slides* sobre a PEC, expostos à Comissão Especial da Câmara dos Deputados em maio de 2019.

⁷ Com base na obra “Arqueologia do saber”, de Michel Foucault, Courtine (2014) concebe o enunciado não se referindo à proposição, nem à frase, nem ao ato de linguagem, mas ao âmbito discursivo.

⁸ Essa expressão foi introduzida por Louis Althusser e remete à forma de existência histórica dos indivíduos.

Tais efeitos-sujeito apontam para as diversas modalidades do funcionamento subjetivo (PÊCHEUX, 2014), as quais resultam das relações dos enunciadores com os saberes de uma dada FD, processos que podem ter efeitos de: *identificação*, no qual a tomada de posição do sujeito promove seu assujeitamento sob o modo do livremente consentido; *contraidentificação*, que produz um distanciamento do sujeito da enunciação em relação à forma-sujeito de uma FD; e *desidentificação*, cujo efeito realiza-se “[...] por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas de “tipo novo”” (PÊCHEUX, 2014, p. 202). Nesse último caso, funciona uma ruptura de saberes com a forma-sujeito dominante de uma FD, instaurando uma nova FD.

Importa ressaltar que esse sujeito é também afetado pelos já ditos do interdiscurso, nível de constituição do discurso. Courtine (2016) cita o estabelecimento de dois níveis na descrição de uma FD: o do enunciado e o da formulação. O *enunciado* refere-se aos elementos do saber de uma FD, que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações (COURTINE, 2016). O autor salienta que o desnívelamento de formulações concerne à dimensão vertical ou interdiscursiva de um enunciado como rede de formulações. Sobre o *nível da formulação*, Courtine (2016) comenta acerca do intradiscursivo, em que este aparece como o lugar onde a sequencialização dos elementos do saber é realizada, tratando-se de uma horizontalização da dimensão vertical.

O autor acrescenta ainda que os enunciados “[...] existem no *tempo longo de uma memória*, ao passo que as “formulações” são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*” (COURTINE 2014, p. 106, grifos do autor). Nessa ótica, “[...] a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2014, p. 105-106, grifos do autor). Para o autor, a partir das relações entre a memória longa - considerada pelo autor como interdiscursivo (eixo vertical) - e o intradiscursivo (eixo horizontal), temos os efeitos de memória.

Em conformidade com Pêcheux (2020), a memória seria aquilo que, frente a um texto que emerge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” de que sua leitura necessita, ou seja, a condição do legível quanto ao próprio legível.

Nesse ínterim, Indursky (2003) pontua que os saberes preexistentes ao discurso estão localizados no interior de uma estrutura vertical, seja ela a FD que atravessa o sujeito discursivo ou o interdiscursivo. Por sua vez, a autora destaca que na estrutura horizontal (intradiscursivo) localiza-se a formulação do sujeito, apontando para uma forma atualizada do enunciado.

É, portanto, nesse jogo de relações de sentidos já ditos que as formulações atualizam os discursos, produzindo efeitos parafrásticos e polissêmicos, pois o discurso funciona nessa tensão entre os efeitos de (des)estabilização.

Os conceitos aqui mobilizados auxiliam na explicitação do funcionamento do processo discursivo nas materialidades selecionadas para análise. Com base nos pressupostos apresentados, analisaremos o discurso da propaganda estatal da “nova” Previdência, nas mídias digitais, no intuito de compreendermos os modos de interpelação ideológica dos sujeitos, desfazer as evidências de sentidos e sublinhar a equivocidade do discurso (PÊCHEUX, 2015).

3 GESTOS ANALÍTICOS

Como iremos nos debruçar sobre os discursos que circulam no digital, passemos a descrever algumas peculiaridades desse ambiente, porquanto produz determinações e efeitos de sentidos.

3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS EM FUNCIONAMENTO NOS ESPAÇOS DIGITAIS

Levando em conta os postulados apresentados, iniciaremos esse percurso analítico com uma reflexão acerca do funcionamento do discurso digital, já que a mídia digital será nosso espaço discursivo e também integra as condições de produção e de circulação dos discursos em pauta.

Segundo Dias (2016), na AD, o digital refere-se a um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e do sentido, bem como do conhecimento, com sua própria materialidade. O digital funciona como um campo profícuo para leitura e interpretação materialista de discursos, tornando-se regularmente objeto dos analistas pela dinâmica ali estabelecida.

As práticas discursivas nesse espaço possibilitam uma intensa circulação e movimentação de sentidos, face aos traços de memória, às articulações e desarticulações entre os nós da rede, instaurando pontos de estabilização e de deriva nos discursos.

Nesses elos, embates político-ideológicos são materializados nos mais diversos formatos, instituindo processos de anuência e resistência aos discursos, no jogo entre silêncio e memória. A tecnologia digital é um instrumento de disputas de sentidos e relações de poder, que afeta os sujeitos, sendo estes já afetados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente.

A digitalização do mundo, consoante Dias (2016), remete a um processo de historicização dos sentidos que move o modo de significação, produzindo outra forma material -, uma vez que inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em demais condições de produção -, afetada por outras instituições, assegurando o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho.

Nesse espaço, a escrita e a leitura funcionam pelos (des)caminhos do hipertexto. Cortes (2015) assevera que o hipertexto é constituído de recortes da memória, sendo tecido de modo não linear e considerado um *palimpsesto* eletrônico. A autora diz que o hipertexto é tido como um suporte móvel que propicia um movimento de gestos de inscrever e apagar, constituindo um lugar tecido de/pela memória.

Nesse bojo, o entrecruzamento de discursos no digital produz uma multiplicidade de dizeres, com novas significações em meio à fluidez discursiva. Funcionam nessa trama relações de forças e de sentidos, instituindo um trabalho da memória nos processos de (re)atualização discursiva, com efeitos parafrásticos e polissêmicos.

Romão (2004) destaca que o ciberespaço instaura inúmeras questões aos estudos da linguagem, como os inovados modo e estrutura da textualidade eletrônica junto à multilinearidade das direções de leitura. A autora assinala que a internet concede espaço para se refletir acerca do surgimento de novas posições-sujeito, de discursos e contradiscursos, de sentidos de resistência e de dominação, que se intrincam em movimentadas espirais.

Diante da complexidade instaurada pelas condições de produção do digital que afetam a produção dos sentidos, é preciso tentar apreender como os discursos podem ser repetidos, com efeitos de estabilização, contradiscursos e rupturas.

Em nossos gestos de interpretação, seguiremos as orientações de Pêcheux (2015), no que tange ao batimento descrição/interpretação em movimentos de tensão contínua.

Passemos à análise, com nossa primeira sequência discursiva (SD1), constituída da materialidade abaixo, que foi postada no dia 22 de fevereiro de 2019, na página Previdência e Trabalho.

SD1:



Figura 1: Print de publicação

Fonte: Página “Previdência e Trabalho”, no *facebook*.

A postagem inicia-se com o título “Reforma da Previdência”. Tem-se a chamada “A #novaprevidência garante as aposentadorias, reduz as desigualdades e remove os privilégios. Veja a explicação do ministro da Economia, Paulo Guedes”; esses enunciados são precedidos de um ícone de um alto falante, da indexação da *hashtag* #novaprevidência, além de outro ícone de uma mão que indica um vídeo de duração de quase um minuto.

A postagem conta com 486 reações e 338 comentários⁹.

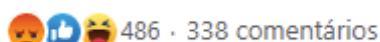


Figura 2: Print das reações à publicação inscrita na SD1

Fonte: Página “Previdência e Trabalho”, no *facebook*.

Entre os gestos de interpretação materializados nas reações destaca-se, na sequência, um ícone de raiva (grr), correspondendo a uma tomada de posição contrária àquilo que foi proposto, podendo resultar em processos de contraidentificação ou de desidentificação à forma-sujeito da FD estatal. Em seguida, tem-se o ícone curtir, subjetivando uma identificação do sujeito, e o ícone de risada (haha), produzindo sentidos de ironia e de contrariedade à publicação.

Esses ícones integram a materialidade da linguagem digital e funcionam como uma *corpografia*, conceito proposto por Dias (2016) para refletir sobre a escrita no digital. Essa noção é definida por Dias (2008) mediante os conceitos de estilo e afeto, os quais, conforme o filósofo Gilles Deleuze, tocam as questões da língua e da escritura. Para Dias (2016), *corpografia* é a textualização do corpo na letra, na tela, pelo afeto, produzindo uma escrita – e um corpo – afetada pelo digital. Portanto, a *corpografia* digital materializa gestos de interpretação e diversas posições-sujeito no espaço midiático digital.

Os gestos de interpretação/interpelação dos sujeitos na rede através do “curtir” promovem uma submissão ao contexto de dominação, afirma Han (2020). O autor preconiza que somos dominados pela ditadura do capital e que o curtir refere-se ao “amém

⁹ Números correspondentes até o dia da coleta da materialidade, em 07 de janeiro de 2021.

digital". Han (2020) explana que o neoliberalismo equivale ao "capitalismo do curtir". Nesse quadro, observamos que as reações dos sujeitos materializam identificações ao discurso dominante e neoliberal.

Por outro lado, os sujeitos, em seus gestos interpretativos, podem se distanciar da forma-sujeito da FD estatal, pelo processo de contraidentificação, ou romper com a forma-sujeito, pelo processo de desidentificação.

Cabe observar que, desde o início da campanha publicitária em prol das mudanças, o discurso estatal optou pela utilização do termo "Nova Previdência" em lugar de "reforma da Previdência"; são modos de interpelação ideológica pela propaganda estatal, pelos efeitos das promessas de um novo sistema previdenciário, justo e igualitário.

Na SD1, a publicação é introduzida com a expressão "Reforma da Previdência", e abaixo desse título temos a *hashtag* #novaprevidência. Tal substituição instaura a metáfora discursiva, pois segundo Pêcheux (2014, p. 240), o sentido não consiste na propriedade da literalidade significante, mas "[...] existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos)".

Em consonância com Pêcheux (2014), a metáfora funciona pelo princípio da interdiscursividade, pois cada nova formulação para significar traz a inscrição dos sentidos do interdiscurso. Assim, o discurso vai funcionar sob as tensões da memória, entre os já ditos de reformas já realizadas - o significante "reforma" ainda aparece na postagem -, e os efeitos de novidade, pela *hashtag* #novaprevidência. Tal substituição metafórica produz efeitos de silenciamento dos sentidos já ditos de outras reformas, cuja memória funciona com sentidos de retrocessos instaurados nos direitos trabalhistas. Orlandi (2007, p. 74) ressalta que "toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras". Desse modo, esse efeito de contradição funciona no discurso pela utilização alternada de termos.

Observamos na SD1 a inscrição da *corpografia* pelos ícones que materializam o anúncio de algo renovador, a exemplo do uso da *hashtag*. A *hashtag* #novaprevidência tem sido compartilhada no intuito de aglutinar e fazer circular discursos favoráveis às mudanças na Previdência. Na visão de Silveira (2015), a *hashtag*, por sua condição de tecnopalavra, inscreve-se numa dimensão discursiva, pois ela extrapola o uso individual e institui um vínculo do sujeito com a língua e com os discursos. Diante disso, essa rede de *links* clicáveis faz circular as leituras pelos gestos de compartilhamentos de sentidos e, embora outros discursos funcionem no arquivo, instaura efeitos de completude e de apoio às modificações num processo de estabilização dos sentidos.

Na perspectiva de Pereira (2018), a *hashtag* trata-se de símbolo de poder, dado que se configura como língua. A autora explicita que a repetição e a quantidade, quando instituídas pelas *hashtags* enquanto lugar de poder, promovem relações desiguais em meio à circulação e à memória, estruturando linhas de dominação entre sentidos.

É possível observar que o *hyperlink* da *hashtag* #novaprevidência funciona como um modo de interpelação ideológica, pois o discurso estatal se apropria, não somente da *hashtag*, mas de todo o aparato das tecnologias digitais para realizar uma campanha publicitária em favor da aprovação da reforma da Previdência. Por isso, estamos defendendo que a mídia digital funciona nesse discurso como aparelho ideológico de propaganda estatal. No campo de análises de sua pesquisa, observando a formulação/circulação da *hashtag* política #onagagné, Silveira (2015) discorre que os sujeitos-usuários possuem uma relação ideológica com as *hashtags*, visto que estas, em seus variados processos de formulação/circulação, sofrem determinação histórica e ideológica da sociedade tecnocrática. Para a autora, a investigação linguística da *hashtag* propicia a reflexão do vínculo entre língua e sujeito, língua e ideologia. Outrossim, fundamentada em pressupostos de Pêcheux, Dias (2004, p. 49) declara que "a técnica interpela o indivíduo em sujeito na relação ciberspatial, a partir de uma norma identificadora", nesse sentido, pelo funcionamento da ideologia. Nesse processo, a *hashtag* #novaprevidência certamente produz novos efeitos de poder, na interpelação e afetação dos sujeitos, pelo viés da indexação que alavanca a circulação da proposta estatal, em repetições parafrásticas.

Cabe salientar que o governo investiu alto na campanha publicitária em prol da reforma da Previdência. Estima-se, conforme publicado na Revista piauí online (MAZZA; BUONO, 2020), que, durante o primeiro ano do governo Bolsonaro, a RP liderou o ranking de despesas publicitárias, sendo que, a cada R\$100 de gastos, R\$72 foram destinados à campanha da RP.

Constatamos o trabalho da interpelação ideológica pela mídia digital, sendo esta o aparelho ideológico da propaganda estatal, em referência à reforma previdenciária. Consoante Payer (2005), a mídia vem funcionando com um grande poder de interpelação ideológica dos sujeitos. Nas palavras da autora:

[...] tudo indica que *um novo Texto vem adquirindo o valor de Texto fundamental na sociedade contemporânea*: um texto cujo poder de interpelação sobre os indivíduos vem se equiparando àquele que o Texto sagrado ocupa na ordem religiosa, na Idade Média, e que o Texto da lei jurídica ocupa na ordem do Estado Moderno. *Este grande texto da atualidade, no meu modo de entender, consiste da Mídia, daquilo que está na mídia, em um sentido amplo, e em especial no marketing, na publicidade*. O valor que a sociedade vem atribuindo à mídia – ou o poder de interpelação que a Mídia vem exercendo na sociedade – passa a assegurar-lhe o papel de *Texto fundamental de um novo grande Sujeito, o Mercado, agora em sua nova forma globalizada*. (PAYER, 2005, p. 15-16, grifos da autora)

Aplicando as reflexões da autora em nossa análise discursiva, postulamos, conforme já sinalizado, que, no funcionamento do discurso sobre a reforma da Previdência empreendida pelo governo Bolsonaro, a mídia digital funcionou/funciona como aparelho ideológico da propaganda e marketing estatal. No caso deste estudo, esse Sujeito¹⁰ seria a forma-sujeito da FD estatal, que busca “vender” um produto, que é a reforma, pela interpelação dos sujeitos para aceitação da proposta.

Payer (2005) observa que, historicamente, esse processo discursivo de interpelação funciona com enunciados de máximas institucionais que estabelecem sempre uma condição (obediência) para uma consequente promessa de recompensa. Segundo a autora, na ordem religiosa, o enunciado que funciona como máxima é o da obediência à lei divina, cuja recompensa prometida é a salvação da alma; na ordem do Estado, esse enunciado é a obediência à lei jurídica (obediência civil), sendo a liberdade de expressão a recompensa; na ordem do mercado, o enunciado é o sucesso, que funciona com o poder de “[...] interpelar ideologicamente o indivíduo em sujeito (Althusser) e de imprimir a evidência do sentido (Pêcheux) [...]”; “[...] o enunciado todo-poderoso do Mercado, que funciona como lugar máximo de interpelação, pode ser resumido em uma palavra: “sucesso” (PAYER, 2005, p. 18, grifos da autora).

Pelas ponderações da autora, podemos pensar sobre o funcionamento do discurso de propaganda e marketing estatal acerca da Previdência, cujo enunciado em funcionamento no processo de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos é a aprovação da RP, a qual promete como recompensa uma “nova” Previdência que trará crescimento econômico, muitos empregos e prosperidade ao país. Tal promessa pode ser verificada na SD1, em que a propaganda estatal promete um “novo” sistema, que “garante as aposentadorias, reduz as desigualdades e remove os privilégios”. Neste caso, aplicando o pensamento de Payer (2005) a esta análise, podemos afirmar que a mídia digital e as redes sociais funcionam como o “Texto fundamental” de um Sujeito, que é o Estado neoliberal, que reúne forças da FD estatal com a FD neoliberal.

Dardot e Laval (2019) explicitam que o neoliberalismo não apenas sobrevive como sistema de poder, mas também se reforça. Para os autores, é preciso perceber o sentido das transformações atuais do neoliberalismo no que concerne ao que intitulam de novo neoliberalismo. Não se trata somente de políticas econômicas de austeridade ou monetaristas, de ditadura dos mercados financeiros ou de mercantilização das relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2019). Fundamentalmente, volta-se a uma racionalidade política mundial que intenta impor, por parte dos governos, a lógica do capital na economia, na sociedade e no próprio Estado, até a converter na norma das existências e na forma das subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2019).

De acordo com os autores, a propaganda é uma das estratégias empregadas pelo neoliberalismo para o exercício do poder; a mídia digital é, pois, tanto o instrumento, o aparelho ideológico, como também o espaço de circulação dos discursos neoliberais, a exemplo da propaganda da reforma da Previdência.

¹⁰ Esse sujeito, com “S” maiúsculo, reporta-se ao sujeito absoluto e universal (PÊCHEUX, 2014).

Desde os primeiros debates acerca da necessidade de mudanças no sistema previdenciário, o governo tem elencado, além dos efeitos fiscais que seriam gerados com as alterações, a diminuição das desigualdades e a retirada de privilégios. As justificativas funcionam como resposta a um sistema que, supostamente, atua enquanto mecanismo de fortalecimento da desigualdade.

No entanto, indagamos sobre quem serão os beneficiados com a reforma, porquanto as alterações incluem o endurecimento de regras, penalizando os trabalhadores, a exemplo do aumento da idade mínima para aposentadoria das mulheres, que passa a ser de 62 anos; das novas regras de pensão por morte, em que antes da RP era paga integralmente, mas agora passa a ser de 50% do valor da aposentadoria, acrescido de 10% para cada dependente, até o limite de 100% da aposentadoria; da aposentadoria por incapacidade permanente, que no antigo sistema previdenciário consistia em 100% da média dos salários de contribuição e passa a ser nas novas regras de 60% acrescido de 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos (homens) ou 15 anos (mulheres)¹¹; do cálculo para o valor do benefício, que contabilizará todos os salários e não mais os 80% mais altos¹². Esses fatores contribuem, entre outros pontos, na prorrogação da aposentadoria dos segurados e na diminuição de renda de alguns benefícios.

Assim, o discurso da “nova” Previdência produz efeitos de perfeita transparência, mas, ao questionar as evidências de sentidos, é profundamente opaco (PÊCHEUX, 2015), afinal, quem ganha com a reforma? Que privilégios são removidos, privilégios de quem? As desigualdades serão, de fato, removidas? As formulações da RP são, portanto, proposições com uma aparente lógica estável, passível de resposta unívoca; todavia, no entrecruzamento de proposições e de questionamentos, surgem as “[...] formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2015, p. 28).

No discurso inscrito na SD1, notamos o movimento dos sentidos em fuga. Orlandi (2012a) defende que os “sentidos em fuga” exprimem a movência de possíveis sentidos num mesmo objeto simbólico, produzindo diferentes posições-sujeito e efeitos de sentidos. A fuga se instaura em vista do processo ideológico, pois uns sentidos ficam e outros se vão (ORLANDI, 2012a). De acordo com a autora, os sentidos em fuga produzem efeitos na produção do silêncio, de maneira forte e dinâmica. Nesse efeito disperso e desordenado, o enunciado instaura sentidos de garantia de aposentadorias, redução de desigualdade e remoção de privilégios, porém, na opacidade dos sentidos, o discurso é desconstruído diante das diversas medidas que prejudicarão os beneficiários do sistema.

Dessa forma, a mídia, enquanto aparelho ideológico de propaganda do Estado neoliberal busca imprimir sentidos de novidade à reforma, trabalhando os efeitos das mudanças na vida dos cidadãos de forma positiva. Nessa trama, enredado ao discurso estatal, a mídia digital torna-se a “língua de Estado”, definida por Pêcheux (2011, p. 86) como “[...] uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes: ela usa uma falsa aparéncia para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer”.

Para Gadet e Pêcheux (2004), a língua é uma questão de Estado, com uma política de absorção, invasão e anulação das diferenças, supondo que estas sejam reconhecidas. Contudo, pelas determinações impostas pela língua em sua equivocidade, esse discurso pode falhar, produzindo efeitos de incompletude, pois instaura não ditos. No jogo da língua de Estado, o discurso neoliberal atravessa e determina o discurso estatal, produzindo o Estado neoliberal.

Em relação ao gerenciamento da Previdência, para Dugnani (2015, p. 228), o discurso neoliberal “[...] alia suas posições favoráveis à redução dos benefícios sociais previdenciários à evocação insistente da redução do peso do Estado”, lançando uma solução: “menos Estado, mais mercado”.

No enunciado inscrito na SD1 funcionam paráfrases com efeitos de justificativas e de uma premente necessidade da reforma, pois os sentidos são retomados e atualizados a cada governo. A paráfrase retorna aos mesmos espaços do dizer (ORLANDI, 2012b).

¹¹ Exceto em casos decorrentes de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

¹² Mudanças listadas na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Observemos a materialidade abaixo que consta em um dos materiais de trabalho do governo Bolsonaro e integra uma notícia publicada no site do governo.

SD2:

"A questão é séria porque leva ao aumento da taxa de juros. O país todo paga pelo desequilíbrio da Previdência. E esses privilégios, que estão sendo defendidos, têm um custo altíssimo"

Fernando Henrique Cardoso

"Acho que a Previdência, de vez em quando, deve ser reformada. Na medida que é provado científicamente a nossa longevidade, a gente não pode ficar com a mesma lei feita há cinquenta anos"

Luiz Inácio Lula da Silva

"Nesse momento, nos cabe enfrentar o desafio maior para a política fiscal no Brasil e para vários países do mundo, que é a sustentabilidade da Previdência Social em um contexto de envelhecimento da população"

Dilma Rousseff

"Se não fizermos hoje uma readequação previdenciária, você vai ter prejuízo. Porque acontecerá o que aconteceu na Grécia, o que aconteceu em Portugal, o que aconteceu em muitos espaços universais. Você tem que readequar a Previdência para continuar recebendo a aposentadoria"

Michel Temer

"Estamos concebendo uma proposta moderna e, ao mesmo tempo, fraterna, que conjuga o equilíbrio atuarial com o amparo a quem mais precisa, separando 'previdência' de 'assistência', ao tempo em que combate fraudes e privilégios"

Jair Bolsonaro



Figura 3: Print de um recorte de material usado na apresentação da PEC à Comissão Especial da Câmara dos Deputados

Fonte: Ministério da Economia, 2019. (Site do Governo Federal)

A SD2 atualiza formulações já ditas sobre as reformas efetuadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, de Luís Inácio Lula da Silva, de Dilma Rousseff, e a tentativa de instituição de reforma no governo Michel Temer¹³, mas também traz a inscrição do discurso da RP, no espaço de enunciação do atual governo.

Observamos o efeito de regularidade discursiva nos enunciados, nos quais notamos os movimentos parafrásticos produzidos em torno da necessidade de reformas contínuas. Funcionam no discurso materializado na SD2 as seguintes retomadas discursivas: ajuste fiscal e manutenção do equilíbrio atuarial e financeiro; expectativa de vida da população e sustentabilidade da Previdência; periodicidade de reformas; remoção de privilégios e diminuição de desigualdades; e combate às fraudes.

Na SD2, o presidente Bolsonaro, ao comentar sobre a proposta da reforma, declara que a RP faz separação entre 'previdência' e 'assistência'; nesse discurso, temos o funcionamento da refutação por denegação, que, para Courtine (2014, p. 204-205), funciona pelo viés do enunciado dividido e do discurso transverso¹⁴, o qual "[...] cruza e conecta entre si os elementos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído [...]; no entanto, de acordo com o autor, nesse processo, os sentidos do interdiscurso são dissimulados no intradiscurso. O autor preconiza que a refutação por denegação: "[...] pode ser obtida pela supressão de um membro de uma forma completa de refutação; é conservado o membro que comporta a negação contrastiva, no qual o pré-construído elemento de saber de uma FD antagônica é marcado por uma identificação negativa" (COURTINE, 2014, p. 206).

Retornando à SD2, é possível parafrasear a expressão [...] "separando 'previdência' de 'assistência'" [...] pela frase seguinte: "nossa proposta não pretende realizar assistência, e sim, previdência". Desse modo, o discurso, pela denegação, produz efeitos de refutação aos sentidos de assistência à "nova" Previdência. Temos aí o discurso transverso em funcionamento, uma vez que o termo "assistência" retoma a memória do assistencialismo.

¹³ Devido a um pequeno apoio no Congresso Nacional e à intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, em 2018, a proposta de reforma da Previdência foi suspensa, pois a Constituição Federal impede mudanças no texto em períodos de intervenção federal.

¹⁴ Pécheux (2014) assinala que o funcionamento do discurso transverso remete à metonímia, enquanto vínculo da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com aquilo que ele designa etc.

Silva, Quadros e Flach (2019) explanam que o assistencialismo consiste numa entrega de serviço, mediante a doação, a caridade ou favor, cujo trabalho realiza-se muitas vezes sem o respeito à singularidade do sujeito. Logo, o assistencialismo gera no sujeito atendido uma dependência pelo outro (SILVA; QUADROS; FLACH, 2019). Os autores debatem a maneira e a motivação pela qual o assistencialismo é realizado, levando em consideração que em dados momentos, sua motivação é de cunho narcísico, envolvendo a busca por status social, a tentativa de compensar atitudes causadoras de arrependimento por via de “boas ações”, visando até mesmo à adesão dos beneficiários a pensamentos ideológicos.

Isto posto, na propaganda da RP, os sentidos de assistencialismo não seriam bem-vindos, tendo em vista que tal significante carrega uma memória de sentidos de dominação. Todavia, a denegação produz o efeito inverso da refutação, ou seja, não refuta, mas confirma os sentidos denegados, já que, nesse processo se dá a incorporação/dissimulação dos elementos pré-construídos¹⁵ no discurso (COURTINE, 2014).

Pelo efeito do discurso de propaganda, a declaração do presidente Bolsonaro materializa sentidos de que a RP proporcionará “amparo a quem mais precisa”, sem, no entanto, ser assistencialista. Funciona no discurso uma política de dominação do poder hegemônico, dado que nesse processo estão em jogo os interesses das classes mais abastadas da sociedade. Com isso, o governo não combate, de forma total e efetiva, as causas que resultam no estado de carência da população, não aprofundando às raízes dos problemas sociais para solucioná-los; e a Previdência, embora com roupagem de nova, não contempla as necessidades dos trabalhadores, visto que segue os ditames ideológicos neoliberais, que buscam apenas os interesses empresariais.

A maneira como a mídia faz circular os discursos é uma forma de interpelação ideológica para a aceitação daquilo que é (im)posto. Nas palavras de Orlandi (2017, p. 247), “[...] é o modo de circulação, inerente à sua materialidade, que rege a textualização do discurso, afetando tanto a constituição como a formulação e, portanto, o funcionamento ideológico do discurso digital”. Nesse ínterim, a ideologia do Estado neoliberal convoca os sujeitos a se identificarem com a FD estatal, pelo viés da metáfora que insere o significante “novo”, e passa a significar com efeitos de uma lógica aparente, pois o discurso estatal promete uma “nova” Previdência, com sentidos de desmonte de um sistema ultrapassado, para dar lugar a algo inovador que promoverá a equidade. Assim, o retorno do discurso da RP aos mesmos espaços do dizer no discurso bolsonarista instaura paráfrases que reforçam sentidos de justificativas plausíveis para a RP e produz sentidos de importância para a adoção de medidas de implementação das mudanças.

Em prosseguimento, vejamos a SD3, constituída por trechos de um vídeo com declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes (cf. SD1). O vídeo começa com a exposição do enunciado entoado como o *slogan* principal “Nova Previdência / É para todos / É melhor para o Brasil”.

SD3:

“Vamos garantir as aposentadorias, vamos reduzir as desigualdades, vamos remover os privilégios, vamos aumentar o ritmo de crescimento do País, aumentar a produtividade, a acumulação de capital, gerar empregos. É um novo Brasil se nós conseguirmos fazer as reformas que precisamos. E essa reforma da Previdência é a primeira e a mais importante. Nós vamos melhorar o grau de investimento na economia, nós vamos acelerar os investimentos, nós vamos reduzir estruturalmente o déficit, voltando ao equilíbrio fiscal. Isso permite juros baixos, investimentos mais rápidos, crescimento econômico, geração de emprego. Então é definitiva, essa reforma é superimportante. E estamos no caminho da prosperidade para todos”.

Quadro 1: Transcrição de entrevista concedida pelo ministro Paulo Guedes

Fonte: Página “Previdência e Trabalho”, no *facebook*

¹⁵ O termo “pré-construído” foi criado por Paul Henry para designar aquilo que reporta a uma construção anterior, exterior, porém sempre independente, opondo-se ao que é construído pelo enunciado (PÊCHEUX, 2014).

O discurso de propaganda da “nova” Previdência inicia-se com formulações que instituem sentidos de abrangência e de única saída econômica para o Brasil, sentidos esses trabalhados pela propaganda do governo no discurso institucional. Nesse viés, as relações de forças funcionam na SD3, porquanto o lugar ocupado por Guedes é constitutivo do que ele diz, legitimando o discurso estatal de necessidade da reforma.

Ocupando o lugar de ministro da Economia, Guedes, enquanto orador, é atravessado por relações de forças que determinam o discurso. Nesse processo, percebemos também as relações de sentido, pois o discurso remete a outros produzidos em governos anteriores.

Ademais, são retomados alguns dizeres que fortalecem o processo de interpelação ideológica para a adesão dos sujeitos ao discurso da RP. Primeiramente, a repetição do verbo “vamos” produz sentidos de legitimação, de veracidade às promessas elencadas, bem como de uma voz coletiva que abrange a voz de toda a sociedade. Outras expressões se destacam nessa cadeia de dizeres, instituindo uma família parafrástica para o significante “nova” Previdência:

- ✓ garantia de aposentadorias
- ✓ redução de desigualdades
- ✓ remoção de privilégios
- ✓ aumento do ritmo de crescimento
- ✓ aumento da produtividade
- ✓ acúmulo de capital
- ✓ geração de empregos
- ✓ melhora do grau de investimento
- ✓ aceleração dos investimentos
- ✓ redução estrutural do déficit
- ✓ volta ao equilíbrio fiscal

Quadro 2: Famílias parafrásticas para o significante “nova” Previdência

Fonte: Elaboração própria.

As famílias parafrásticas para o significante “nova” Previdência produzem sentidos de crescimento econômico e, consequentemente, de benefícios aos segurados. Para Indursky (2011), as formulações podem trazer o mesmo sentido, como ocorre numa família parafrástica que funciona enquanto matriz de sentido. Indursky (1997) defende que no interior de uma família parafrástica pode-se estabelecer a comparação entre o mesmo e suas repetições, decorrendo daí a regularização do sentido.

Nessa relação de repetibilidade, as expressões produzem efeitos de sentidos de benefícios para a “nova” Previdência, num jogo de força que busca manter a regularização dos dizeres na proposta, mas também instituem sentidos em fuga, já que dispersam o teor das regras que serão implementadas no processo de “crescimento” e o sacrifício dos trabalhadores para se alcançar os benefícios. Notamos no discurso o que preconiza Pêcheux (2015, p. 20): “a novidade não tira a opacidade do acontecimento”.

Silva Sobrinho (2019) afirma que certas discursividades que clamam por “mudanças” e “reformas” são tomadas ideologicamente como princípios essenciais aos programas de gerenciamento da produção e ao direcionamento do Estado burguês, que anuncia a globalização, e suas práticas neoliberais, como uma estrada sem volta para a sociedade. Funciona no discurso a “língua de Estado”, produzindo efeitos de sentidos voltados a interesses capitalistas, instituindo efeitos ideológicos de crescimento econômico.

Segundo Dugnani (2009), com o objetivo de potencializar os lucros, os agentes neoliberais pressionam a fim de que haja mudanças que direcionem recursos ao mercado financeiro, mas que, contraditoriamente, afetam de forma negativa a massa da população. Nessa direção, constatamos o discurso ideológico da reforma e os ideais do sistema capitalista. Nogueira (2017) comenta que os discursos sobre as relações de trabalho, a depender da posição em que são produzidos, instituem uma maneira de reescrever o capitalismo na tentativa de que ele permaneça (re)significando.

Retornando às formulações da SD3, Guedes enuncia: “É um novo Brasil se nós conseguirmos fazer as reformas que precisamos. E essa reforma da Previdência é a primeira e a mais importante”. Constatamos aqui a regularidade no que tange aos rumos concedidos pelas modificações ao país, que se tornará um “novo Brasil”.

Essa metaforização de sentidos variando de “reforma” para “nova” produz efeitos de que não haverá retrocessos, uma promessa de que com a adoção das “novas” medidas não haverá retirada de direitos trabalhistas. Guedes torna-se aí o “garoto-propaganda” do Estado neoliberal, pois também usa a língua de Estado para interpelar os indivíduos em sujeitos neoliberais, anunciando que a “reforma” no sistema previdenciário “é a primeira e a mais importante”. Ou seja, as modificações na Previdência são o primeiro passo para outras reformas em outros âmbitos, que ganharão fôlego com a aprovação da primeira.

Observa-se a importância atribuída pelo discurso estatal à RP como um caminho a ser trilhado para abrir novos trajetos. O discurso enunciado por Guedes promete como resultados das mudanças, um avanço no que diz respeito à economia. “Nós vamos melhorar o grau de investimento na economia, nós vamos acelerar os investimentos, nós vamos reduzir estruturalmente o déficit, voltando ao equilíbrio fiscal. Isso permite juros baixos, investimentos mais rápidos, crescimento econômico, geração de emprego”. Mais uma vez funciona a língua de Estado, na interpelação ideológica, com efeito de estruturação econômica com possibilidades de ascensão quanto aos postos empregatícios; são sentidos de evidência aparentemente lógica, mas o discurso é sempre opaco, e os sentidos sempre podem ser outros (PÊCHEUX, 2014, 2015).

Para encerrar, o ministro enuncia: “Então é definitiva, essa reforma é superimportante. E estamos no caminho da prosperidade para todos”. Essa conclusão retoma num processo parafrástico o sentido de que a reforma da Previdência “é a mais importante”. Nesse âmbito, o discurso da “nova” Previdência indica um novo caminho, o “caminho da prosperidade para todos”. É mais uma promessa do Estado neoliberal, como recompensa pela adesão dos sujeitos ao discurso de defesa da RP.

Ao analisar o discurso de gestão empresarial da/nas Petrobras, Nogueira (2015) assinala que a noção de prosperidade funciona pelo efeito de pré-construído, isto é, há um pré-construído sobre “prosperidade na vida”, podendo ser alcançada pelo trabalho e funcionando como um lugar de identificação à classe trabalhadora.

Nogueira (2015) complementa que a ideologia só funciona nesses sujeitos pelo fato de que existe uma tomada de posição de identificação, em que o sujeito se identifica com algo, numa relação de projeção imaginária discursiva, correspondendo nesse caso à prosperidade (possível). A autora assevera que a relação sustentada no discurso da prosperidade é um engano, visto que é uma ilusão consumista inerente do capitalismo. Nessa perspectiva, Nogueira (2015, p. 174) declara que “[...] a prosperidade é a promessa do capitalismo”.

No funcionamento da interpelação ideológica, os efeitos de sentidos neoliberais, com a promessa de prosperidade, são instituídos e linearizados no intradiscursivo, haja vista uma proposta de reforma que supostamente contempla um novo futuro.

Em um estudo implementado por Tenório Neto e Ericson (2020)¹⁶, os pesquisadores relatam que, no plano político brasileiro, o imaginário de um futuro de prosperidade é recuperado com vistas a atribuir-lhe a responsabilidade de eliminação da corrupção, da velha política, alimentando o desejo pelo milagre econômico. Os autores buscam discutir de que forma o discurso neoliberal se apresenta, silenciando o antagonismo de classes sociais, na medida em que recupera uma memória que reforça uma unidade quanto a um futuro que não chega.

Para Tenório Neto e Ericson (2020), no âmbito discursivo, esse imaginário continua produzindo sentidos, dado que surge como um recorte de um passado memorável, remontando a campanhas políticas que visavam o desenvolvimento econômico, a exemplo de: “50 anos em 5” (campanha eleitoral de Juscelino Kubistchek – 1955); “Collor é progresso. Um novo tempo vai começar”

¹⁶ Pesquisa feita a partir de um *corpus* extraído do documento “Uma ponte para o futuro”, formulado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (2015).

(campanha eleitoral de Fernando Collor – 1989); “O Brasil não pode voltar para trás. Avança Brasil” (campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso – 1998).

Nesse jogo enredado por diversas FDs, como vimos, funcionam substituições de enunciados, no trabalho metafórico, quando as gestões governamentais mudam, produzindo paráfrases ao processo de “crescimento econômico”. Desse modo, há uma regularidade discursiva quanto ao progresso, “inculcando”, nas palavras de Pêcheux (2014), sentidos de necessidade de caminhar para frente. Pontuamos que o discurso de novidade é atravessado por ideais neoliberais e funciona apenas como uma roupagem, uma camuflagem de velhas práticas de exploração ao trabalhador e de cortes de direitos.

Nessa trama discursiva, percebemos uma relação entre o silêncio, a metáfora e o interdiscurso, como aponta Orlandi (2012a), quando descreve sobre a noção “sentidos em fuga”, explanando que estes são desmanche, explosão que desestabiliza e produz desordenação de movimento. Temos na SD3 que a ideologia dominante no Estado neoliberal interpela a população a participar do processo de mudança, instituindo efeitos de democracia, de engajamento e de compromisso com o crescimento econômico. Entretanto, outros sentidos são silenciados no discurso das novidades nas regras previdenciárias, como a penalização do trabalhador e a defesa dos interesses dos empresários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso sobre a “nova” Previdência, pelo efeito metafórico do termo “nova”, funciona de maneira a produzir efeitos de um sistema que pretende acabar com privilégios, promover a equidade, não se equivalendo a reparos. A mídia digital propaga, pela circulação em massa, sentidos de rejeição ao sistema então vigente e preconiza sua necessária substituição, tendo em vista sua urgência, supostamente imprescindível ao crescimento econômico do país.

O discurso é afetado pelas relações de forças e de sentidos, com fortes determinações do discurso neoliberal. Nesse processo, a mídia funciona como aparelho ideológico e máquina de propaganda do Estado e faz circular, com intensidade e celeridade, efeitos de sentidos de fortalecimento à proposta estatal, na tentativa de “inculcar” na mente da população a importância das medidas do “novo” sistema previdenciário.

Todavia, o discurso funciona sob as tensões da transparência e da opacidade e, dessa maneira, as palavras, expressões e proposições mudam de sentido conforme as posições daqueles que as empregam (PÊCHEUX, 2014).

Portanto, no jogo dos ditos, inscrevem-se os não ditos e assim os sentidos para a “nova” Previdência podem ser outros bem distintos daqueles determinados pela FD neoliberal, a exemplo da penalização dos trabalhadores e do retrocesso das conquistas trabalhistas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 09 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. *Nova Previdência – Comissão Especial*. Brasília, DF: Ministério da Economia. 8 maio 2019. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/images/2019/05/apresentacao_alterada-1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

CARROZZA, G. Publicidade e propaganda: o jogo de sentidos na configuração da área no Brasil. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 27/28, p. 121-136, 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/artigo7.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

CORTES, G. R. de O. *Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica*. 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13933>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2014.

COURTINE, J.-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 14 ago. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Anatomia do novo neoliberalismo. *Revista IHU Online*, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigode-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 21 set. 2019.

DIAS, C. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv*. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_37694bf0b2046d693514ffba7b67899c. Acesso em: 16 set. 2021.

DIAS, C. *Da corpografia: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital*. Santa Maria: UFSM/PPGL, 2008.

DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. *Redisco*, Vitória da Conquista, v.10, n. 2, p. 8-20, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>. Acesso em: 04 jul. 2019.

DUGNANI, R. *A previdência social brasileira sob pressão neoliberal*. 2009. 304 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9406>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DUGNANI, R. *Análise dialógica do discurso neoliberal sobre a previdência brasileira nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo*. 2015. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3633>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

HAN, B.-C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2020.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp: 1997.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020>. Acesso em: 08 abr. 2020.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. F. (org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

MAZZA, L.; BUONO, R. A conta da publicidade oficial. *piauí*, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/conta-da-publicidade-oficial/>. Acesso em: 1 set. 2021.

NOGUEIRA, L. *Discurso, sujeito e relações de trabalho*: a posição discursiva da Petrobras. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_bac1c818a5a992da3c63f78c7e110d63. Acesso em: 28 fev. 2020.

NOGUEIRA, L. *Discurso, sujeito e relações de trabalho na contemporaneidade*. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em: 28 out. 2019.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZZA, Guilherme *et al.* (org.). *Sujeito, sociedade, sentidos*. Campinas: RG Editora, 2012a. p. 11-27.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012b.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele*: discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia, mercado. *RUA*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 9-25, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640774>. Acesso em: 30 set. 2019.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al* (org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 45-53.

PEREIRA, D. D. da S. *Funcionamento discursivo das hashtags*: um olhar para #somostodos. 2018. 82 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_f19eebdbeadc35494246e21e4cc5689. Acesso em: 08 abr. 2020.

PREVIDÊNCIA E TRABALHO (Brasil). *Reforma da Previdência*:  A #novaprevidência garante as aposentadorias, reduz as desigualdades e remove os privilégios. Veja  a explicação do ministro da Economia, Paulo Guedes. Brasília, 22 fev. 2019. Facebook: Previdência e Trabalho @previdenciaetrabalho. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2063038437077848>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ROMÃO, L. M. S. Nós, desconhecidos, na grande rede. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 71-91, jul./dez. 2004. Disponível em: https://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/302. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, A. B. da; QUADROS, L. A. de; FLACH, F. Assistencialismo no Brasil e seus efeitos subjetivos. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 27., SALÃO DO CONHECIMENTO, 2019, Ijuí. *Anais* [...]. Disponível em: <https://publicacaoseeventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12812>. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a análise do discurso. *Polifonia*, Cuiabá, v. 26, n. 43, p. 130-150, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVEIRA, J. da. *Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter*. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3988>. Acesso em: 25 fev. 2020.

TENÓRIO NETO, J. F.; ERICSON, S. Uma ponte para o futuro: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 409-428, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1739>. Acesso em: 11 ago. 2021.



Recebido em 29/09/2021. Aceito em 31/01/2022.